

A luta pela sobrevivência política, de Alexandre III a Antíoco I: ações e reações das *póleis* nos primórdios do período helenístico¹

The struggle for political survival from Alexander III to Antiochus I: actions and reactions of the *póleis* in the beginnings of the Hellenistic period

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA² (*Universidade de Brasília — Brasil*)

Abstract: This article seeks to address questions regarding the different options taken by some of the main Greek city-states against the frequent Macedonian intervention during the early days of the Hellenistic period. Two examples have been selected for their emblematic status and for being illustrative of opposite responses to similar situations: the military Greek resistance against Alexander, with a special emphasis on the upheaval of Agis of Sparta; the political rise and subsequent acceptance of Antiochus I by the Ionian cities (on the coast of Asia Minor).

Keywords: Hellenism; Alexander; Diadochi.

Introdução

Em 1981, Walbank lembrou que 1) a maioria dos gregos no mundo helenístico ainda vivia em cidades, e que 2) as novas monarquias – surgidas após a fragmentação do Império de Alexandre – tinham tornado o papel desempenhado pelas *póleis* precário. Com efeito, a derrota de Atenas e Tebas para a Macedônia de Filipe, em Queroneia (338 a.C.), “demonstrou a fraqueza da cidade-Estado quando enfrentada por um exército profissional e um monarca capaz”³. Embora a percepção relativamente datada de Wal-

Texto recebido em 28.07.2014 e aceite para publicação em 05.11.2014.

¹ Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa correspondente ao período de estágio probatório (2011-2014) como Professor Adjunto de História Antiga da Universidade de Brasília, bem como do projeto desenvolvido no *Harvard Center for Hellenic Studies*, entre junho de 2012 e abril de 2013.

² henriquemodanez@gmail.com. Professor Adjunto de História Antiga da Universidade de Brasília. Former Fellow in Hellenic Studies do Harvard CHS, 2012-2013.

³ WALBANK (1992) 141. Para a apresentação sumária da relação dos reis helenísticos com as *póleis*, ver especialmente CHANIOTIS (2005) 68-71. Este desenvolve, cabe dizer, uma abordagem historiográfica cultural que incorpora relevantes evidências epigráficas (exemplos são os SEG XXXI 628 e XXXVIII 603, para um tratado entre Filipe e Lysimacheia,

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 17 (2015) 177-192 — ISSN: 0874-5498

bank ainda possa ser considerada correta, deve-se considerar que, mesmo enfraquecidas, as *póleis* permaneceram ativas sob Filipe, Alexandre e os Diádocos. De modo geral, boa parte das acomodações das tensões políticas gregas (na Grécia continental e na Ásia Menor, ao menos) e das revoltas contra a dominação monárquica no período helenístico foi levada a cabo por gregos das *póleis*⁴.

Imbuído desse espírito, este artigo pretende mapear duas posturas contrárias adotadas pelas cidades gregas (Esparta e cidades jônicas) a partir do momento em que elas se viram inseridas em uma realidade de precariedade quanto à sua autonomia política, contrastando enormemente com suas aspirações clássicas. Sob Alexandre, as *póleis* continentais rebelaram-se por três vezes, individualmente ou em grupo (*vide infra*), mas raramente deixaram de se manifestar; sob os Diádocos, muitas cidades sistematicamente estabeleceram alianças entre si, ora com *basileis*, ora com Roma (em uma fase mais avançada), buscando proteção contra várias formas de violência político-militar. Em todos esses casos, a volatilidade das alianças impressiona, da mesma forma que a capacidade de manifestação das *póleis*, indício de uma situação delicada, mas nem por isso menos viva do ponto de vista da atuação política das cidades-Estado gregas.

Assim, os casos escolhidos neste artigo são os seguintes: a resistência militar grega contra Alexandre, com ênfase na revolta de Ágis de Esparta; a aceitação de Antíoco I pelas cidades jônicas (na costa da Ásia Menor), como informado no decreto da Liga Jônica para o rei Selêucida (cf. *infra*).

O primeiro deles é fundamental por ilustrar um caso de resistência militar políade (espartana) à dominação macedônica; o segundo, por mos-

e as IG II2 1225, c. 250 a.C. e XII.3 1291, c. 250 a.C., para a defesa e salvação de cidades costeiras e insulares por guarnições lágidas contra piratas), a fim de explicar como os *basileis* helenísticos justificavam suas alegações de salvação das cidades por meio da adoção do título *Soter*. Para uma abordagem weberiana da monarquia helenística, consultar GEHRKE (1982) 247-277 e, mais recentemente, para uma visão mais completa (incluindo uma tradução do artigo de Gehrke para a língua inglesa), LURAGHI (2013).

⁴ Outro cenário de suma importância para a compreensão histórica da resistência à dominação monárquica no período helenístico é o das populações nativas, com participação mais efetiva do que presumiu por muito tempo a historiografia. Cf. MANNING (2010) 73-116 para o Egito; KUHRT & SHERWIN-WHITE (1993) para o caso Selêucida.

trar o processo oposto à resistência militar, ou seja, a aceitação da proteção oferecida pelos reis helenísticos, e de modo mais específico a de Antíoco I, como parte de uma política herdada de Seleuco I, seu pai e fundador da dinastia Selêucida.

A sobrevivência das *póleis* na época de Alexandre: a revolta de Ágis de Esparta

A fragmentação do Império de Alexandre não gerou um mundo formado apenas por reinos e impérios, cujos soberanos ficaram conhecidos como Diádocos, ou Sucessores. As *póleis* do período clássico, que Filipe subjugara como etapa preliminar da expedição asiática (levada a cabo por seu filho, Alexandre), continuaram a existir com relativa autonomia no período helenístico. Em 336 a.C., por exemplo, cidades gregas rebelaram-se diante da notícia da morte de Filipe, no momento em que Alexandre estava prestes a consolidar sua posição como novo rei legítimo entre os macedônios. Quando ele herdou do pai, além do disputado trono, a chefia da expedição dos gregos contra os persas (um dos pretextos da Liga de Corinto)⁵, a seriedade da revolta das *póleis* passou a justificar uma punição militar exemplar por parte do novo rei. Alexandre, então, depois de conter a revolta dos ilírios e tribalos (Arr. An. 1.1), marchou com seu exército contra Tebas, a cidade grega mais poderosa na época, atribuindo-lhe uma pena muito dura:

*Ὁ δὲ βασιλεὺς τοὺς μὲν τελευτήσαντας τῶν Μακεδόνων ἔθαψε, πλείους ὄντας τῶν πεντακοσίων, τοὺς δὲ συνέδρους τῶν Ἑλλήνων συναγαγὼν ἐπέ-
τρεψε τῷ κοινῷ συνεδρίῳ πῶς χρηστὲρον τῇ πόλει τῶν Θηβαίων. προτεθείσης
οὖν βουλῆς τῶν ἀλλοτρίως διακειμένων τοῖς Θηβαίοις τινὲς ἐπεχείρουν
συμβουλευεῖν ἀπαραιτήτοις τιμωρίαις δεῖν περιβαλεῖν αὐτοὺς, ἀπεδείκνυον δ'
αὐτοὺς τὰ τῶν βαρβάρων πεφρονηκότας κατὰ τῶν Ἑλλήνων. [...] ὁ δὲ βασιλεὺς
ἀκολούθως τῇ τοῦ συνεδρίου γνώμῃ τὴν μὲν πόλιν κατασκάψας πολὺν
ἐπέστησε φόβον τοῖς ἀφισταμένοις τῶν Ἑλλήνων, τοὺς δ' αἰχμαλώτους
λαφυροπώλησας ἤθροισεν ἀργυρίου τάλαντα τετρακόσια καὶ τεσσαρά-
κοντα.*

[...] O rei enterrou os macedônios mortos, em torno de quinhentos homens; em seguida, convocou os gregos aliados da Liga de Corinto e dirigiu a eles a questão sobre como tratar a cidade de Tebas. O debate foi, então, aberto, e alguns homens hostis a Tebas recomendaram que os tebanos fossem tratados impiedosamente, além de terem enfatizado

⁵ MOSSÉ (2004) 16. Cf. CARTLEDGE (2004) 86-90.

que os mesmos tebanos tinham aderido à causa dos bárbaros contra os gregos. [...] Em conformidade com a decisão do Conselho, o rei destruiu a cidade e, assim, aterrorizou as mentes dos gregos que cortejavam a revolta. Ele vendeu os prisioneiros e levantou com este ato uma soma de quatrocentos e quarenta talentos de prata. (Diod. Sic. 17.14).

Assim, o cerco à cidade de Tebas não só terminou com sua destruição completa em um dos episódios mais violentos da história da poliorcética grega antiga, encerrando o período que a historiografia classificou posteriormente como sendo o de uma “hegemonia tebana”⁶, como também dilacerou momentaneamente a resistência oferecida pelas demais cidades gregas.

Esparta foi a única exceção digna de nota. De fato, os lacedemônios recusaram-se a aceitar Alexandre como seu soberano, mantendo-se reservados enquanto o rei estivesse na Grécia, o que nos conduz à realização das seguintes perguntas: 1) baseados em que força militar os espartanos ofereceram resistência sob Ágis? 2) como a hostilidade dos espartanos foi tratada por Alexandre, ausente no momento de sua deflagração?

O primeiro questionamento remonta, sem dúvida, à situação geral da Lacedemônia no limiar do período helenístico. Segundo Heródoto (7.234), por volta de 480 a.C. contavam-se cerca de oito mil cidadãos espartanos, membros de seu exército cívico bem treinado. Nos últimos trinta anos do século V a.C. é provável que esse número tenha reduzido drasticamente, tanto pelas baixas costumeiras em tempos de guerra quanto pelo esforço espartano para negociar com Atenas, em 425 a.C., a libertação de cento e vinte esparciatas capturados pelos atenienses (Thuc. 4.38; 117). Posteriormente, mais precisamente após a batalha de Leuctra (371 a.C.), estima-se que o corpo de cidadãos espartanos tivesse um número entre mil e quinhentos e dois mil homens. Para agravar ainda mais a situação, dois anos após a derrota sofrida em Leuctra, a Messênia declarou sua independência, abalando enormemente o sistema fundiário de Esparta. Na época de Ágis, por-

⁶ Situado entre a vitória de Esparta na Guerra do Peloponeso e a ascensão do reino da Macedônia, sob Filipe II e Alexandre III. A principal referência para o assunto é ainda BUCKLER (1980), que há exatos trinta e quatro anos rompeu o silêncio literário de quase um século sobre esse período da história da Beócia (o último trabalho acadêmico publicado antes de Buckler era o de E. von STERN, *Geschichte der spartanischen und tebanischen Hegemonie*, datado de 1884).

tanto, de acordo com Plutarco (*Agis* 5) e na sequência das informações supracitadas, toda a riqueza fundiária espartana estava concentrada nas mãos de apenas setecentos esparciatas.⁷

Segundo Diodoro (17. 48), Ágis alistou os mercenários gregos (oito mil no total) que haviam escapado com vida da batalha do Grânico e partiu para Creta, financiado pelos persas com muitos navios e recursos (*προσλαβὼν δὲ παρὰ τούτου καὶ ναῦς καὶ χρημάτων πλῆθος*), onde capturou a maior parte das cidades rebeldes em nome do Grande Rei.

Um pouco mais tarde, houve uma revolta na Trácia, a qual fora liderada por Mêmnon, “nomeado por Dario comandante de toda a armada e da guarnição de toda a costa” (*τοῦ τε ναυτικοῦ παντὸς ἡγεμῶν ἐκ βασιλέως Δαρείου καθεστηκῶς καὶ τῆς παραλίου ξυμπάσης*) (Arr. An. 2.1). Diodoro recorda apenas que ele, logo após ter se rebelado contra Alexandre, reuniu um numeroso exército e se mostrou abertamente favorável à guerra (*καὶ ταχὺ μεγάλης δυνάμεως κυριεύσας φανερῶς ἀπεκαλύψατο πρὸς τὸν πόλεμον*). É Arriano, portanto, quem nos dá as informações sobre a traição de Mêmnon e a captura de Quió, supostamente vinculada à estratégia persa para cortar ao meio as linhas de abastecimento de Alexandre.

Aos poucos, muitas cidades do Peloponeso e algumas outras no norte da Grécia aderiram à sublevação de Ágis, totalizando um exército de vinte mil soldados de infantaria e dois mil cavaleiros (Diod. Sic. 17. 62) o que explica ao mesmo tempo a seriedade com a qual a revolta fora tratada por Antípatro e a impossibilidade de uma liderança hegemônica real, tanto pelos macedônios de Alexandre quanto pelos espartanos de Ágis. Definitivamente, o mundo das póleis não era mais o mesmo do “clássico” século V a.C..

O que não está claro em Diodoro é se a revolta de Ágis tinha sido pensada conjuntamente com a promovida na Trácia por Mêmnon, logo trazido para o lado macedônico. Aparentemente, Mêmnon não esperava que Antípatro o enfrentasse com todo o seu exército, ou então ele escolheu não

⁷ FINE (1985) 157-158. Cf. SEKUNDA (1998) 52-62 para uma apreciação das evidências arqueológicas que tratam do exército espartano e de sua dependência da riqueza fundiária; cf. CAMPBELL (2012) 48-55 para o sentimento de pertencimento a uma comunidade de guerreiros, organizados pelo Estado numa lógica bastante específica de distribuição de riquezas.

arriscar tudo em uma batalha decisiva – claramente desvantajosa contra um exército numericamente mais expressivo –, tendo preferido estabelecer um acordo com o inimigo⁸.

As duas fontes que nos chegaram sobre a história interna de Quio durante a conquista macedônica da Ásia Menor não mencionam Ágis ou qualquer acordo feito entre o rei espartano e Mêmnon. Da mesma forma, a carta de Alexandre a Quio, datada possivelmente de 332 a.C. e preservada em uma inscrição posterior (*Syll.*³ 283)⁹, nada diz sobre uma ação conjunta de Mêmnon e Ágis. Assim, o mais provável é que Mêmnon tenha se aproveitado da revolta de Esparta (encerrada em Megalópole com uma vitória dos macedônios sobre os espartanos), ou mesmo sido indiretamente encorajado por ela, para dar início à sua revolta contra Alexandre. O rei espartano, em contrapartida, deve ter impulsionado a sua própria sublevação ciente das notícias chegadas da Ásia Menor. Ambos, no entanto, sem indícios de que tenham previamente planejado uma ação conjunta, tiveram que lidar com a impactante e surpreendente vitória macedônica em Isso, em 333 a.C..

Como se pode notar desde o início de sua vida como rei, Alexandre apenas tratou o caso espartano de modo indireto. Diretamente, quem suprimiu a revolta de Ágis, o caso mais emblemático desse conflito, foi Antípatro; indiretamente, no entanto, a propaganda macedônica contrária a Esparta estava já sendo conduzida por Alexandre, mesmo antes da ascensão de Ágis.

Em imitação ao gelo diplomático sustentado por Filipe, o novo rei fez questão de isolar os espartanos em termos políticos e militares desde o início, e de mantê-los, ao mesmo tempo, informados de todos os sucessos obtidos pelos gregos sob sua liderança. De fato, após a vitória do Grânico, em 334, Alexandre enviou aos gregos trezentas couraças capturadas do inimigo, sob o pretexto de honrar a deusa Atena na Acrópole ateniense. Ao presente, foi anexada a seguinte mensagem: **Alexandre**, filho de Filipe, e os gregos, **exceto os espartanos**, dos bárbaros que **habitam** a Ásia (*Ἀλέξανδρος Φιλίππου καὶ οἱ Ἕλληνες πλὴν Λακεδαιμονίων ἀπὸ τῶν βαρβάρων τῶν τὴν Ἀσίαν κατοικοῦντων*) (*Arr. An.* 1.16; grifo nosso).

⁸ BADIAN (1967) 180.

⁹ AUSTIN (2006) 30.

Os números de couraças inimigas enviadas e as palavras grifadas na mensagem anexada ao presente merecem maior detalhamento. Afinal, trezentos homens defenderam sem sucesso, mas com glória militar inconcussa as Termópilas em 480 a.C., por ocasião da segunda invasão do território grego pelos persas, encerrada após ação militar conjunta de Atenas, Esparta e outras cidades gregas. Agora, em termos propagandísticos, não eram espartanos (como o epigrama supracitado esclarece), mas macedônios e atenienses que derrotavam os persas em seu próprio território. Alexandre pretendia, então, mandar uma mensagem aos espartanos com as trezentas couraças, reforçando ao mesmo tempo os vínculos de sua expedição asiática com a luta histórica dos gregos contra os persas. Por fim, note-se a ausência do título real (fazendo sobressair a posição de chefe da expedição) e que o verbo empregado para definir a situação dos persas na Ásia não é “controlar”, mas “habitar”, visto que haviam sido já derrotados por Alexandre no Grânico.

Frente à propaganda macedônica, que recordava simbolicamente os números das Termópilas, apagava propositalmente o título real de Alexandre e distorcia a situação política dos persas na Ásia Menor, Esparta havia se tornado uma escolha ainda mais impopular entre os gregos se comparada à Macedônia, ao menos quando o assunto recaía sobre a questão da liderança contra o inimigo persa comum¹⁰. As cidades gregas, portanto, mesmo subjugadas por Alexandre, mantiveram relativa autonomia, e muitas delas sistematicamente expressaram por meio de discursos e revoltas (individualmente ou em grupo) sua insatisfação quanto à hegemonia macedônica, exigindo que o rei elaborasse constantemente estratégias de legitimação que o tornassem o menos impopular possível entre os gregos.

Ainda sobre a vivacidade das *póleis* sob dominação macedônica, cabe dizer que nem todas elas eram contrárias à intervenção “estrangeira”. Na verdade, muitas delas, compelidas ou não por pressão militar, auxiliaram os macedônios em sua Anábase, ou marcha para o interior. Mesmo em Atenas, de onde vociferava Demóstenes contra Filipe e depois contra Alexandre, havia cidadãos que se ajustaram com mais facilidade à nova realidade, distante do período de glória do Império Ateniense, e que preferiam

¹⁰ CARTLEDGE (2004) 125-126. Note-se, por exemplo, o discurso de Ésquines contra Demóstenes (Aeschin. 3 132-4).

a liderança macedônica à submissão aos espartanos ou aos persas de Dario. Um dos casos mais emblemáticos a esse respeito é a acusação feita por Ésquines, adversário político de Demóstenes, que o atacou como pôde pelo fracasso de sua política antimacedônica.

A sobrevivência das *póleis* nos primórdios da história helenística: Antíoco I como protetor dos gregos

No período helenístico, as *póleis*, agora integrantes de uma nova realidade econômica e social instaurada com a emergência dos reinos helenísticos, tiveram que encontrar uma forma para compensar a força militar e as frequentes intervenções dos Diádocos. Elas, então, em imitação ao que fizeram inicialmente no período clássico como instrumento preventivo de uma provável terceira invasão persa, passaram a formar Ligas, como no caso da famosa Liga Aqueia, estabelecida por volta de 280 a.C. no Peloponeso.

Em síntese, as cidades funcionavam como centros econômicos e sociais dos reinos helenísticos, e eram administradas pelo círculo de amigos (*φίλοι*) do rei, sempre tendo em vista um equilíbrio entre a vontade do soberano e os anseios da parcela politicamente mais importante de sua população. No entanto, cabe ressaltar que, apesar da existência de certa autonomia, todo o território que tivesse um governante submetido ao rei e que lhe pagasse impostos em tese pertencia a ele, como parte de um direito nascido na expedição de Alexandre e herdado de suas conquistas, ou *δορικήτος χώρα* (lit. terra conquistada pela lança). Era assim que o rei se portava, mesmo com relação às cidades, e era esse o sentimento a ser considerado por elas.

Bikerman afirmou com razão que os Selêucidas nunca se cansaram de dizer que a dominação que exerciam estava baseada no direito da conquista, retomando para isso as palavras que Diodoro atribuiu a Seleuco I logo após a batalha de Ipsos (301 a.C.): “foi apenas justo que os vitoriosos se apropriassem dos espólios”.¹¹ O historiador lembra também os pensamentos que Antíoco IV supostamente teria tido enquanto se via às voltas com a defesa do território herdado de seu pai: “a posse pela força das armas era a mais certa e a melhor”.

¹¹ BIKERMAN (1938) 15.

O direito da conquista, entretanto, não se aplicava incondicionalmente. Além das inúmeras maneiras pelas quais as propriedades podiam ser asseguradas, há a questão de delimitar quem possuía um apelo legítimo sobre determinado território. De acordo com Chaniotis, o apelo dependeria “do momento histórico que tinha sido determinado como a base para a discussão”.¹² Por exemplo, Ptolomeu II, “que, como um bom rei”, nas palavras do poeta de corte Teócrito (17.95), “ligava profundamente para a preservação de sua herança paterna”, não aceitaria outro rei como sendo tão legítimo quanto ele próprio no Egito, porque seu governo estava baseado em uma vitória militar prévia obtida por Ptolomeu I e no estabelecimento de um poder hereditário.¹³

Dentre os muitos grupos sociais cuja expectativa os reis helenísticos deveriam satisfazer, destacam-se, além das elites locais (suprimidas neste artigo devido ao seu escopo), as elites militares gregas. A aproximação com elas dava-se frequentemente no âmbito de uma *imitatio Alexandri*, visto que o rei macedônio costumava apresentar-se como libertador dos gregos, sem ter tirado maior proveito da posição de chefe da expedição asiática. É digna de nota, por exemplo, essa ênfase dupla por parte de Alexandre na segunda parte do discurso proferido às tropas por ocasião do motim em Opis (324 a.C.):

Οὐχ ὑπὲρ τοῦ καταπαῦσαι ὑμῶν, ὦ Μακεδόνες, τὴν οἴκαδε ὀρμὴν λεχθή-
σεταιί μοι ὅδε ὁ λόγος, ἔξεστι γὰρ ὑμῖν ἀπιέναι ὅποι βούλεσθε ἐμοῦ γε ἔνεκα,
ἀλλὰ ὡς γινῶναι ὑμᾶς πρὸς ὁποῖους τινὰς ἡμᾶς ὄντας ὁποῖοί τινες αὐτοὶ γενό-
μενοι ἀπαλλάσσεσθε. [...] καὶ τὰ ἐξ Αἰγύπτου καὶ Κυρήνης ἀγαθὰ, ὅσα ἀμαχεὶ
ἐκτησάμην, ὑμῖν ἔρχεται, ἢ τε κοίλη Συρία καὶ ἡ αλαιστίνη καὶ ἡ μέση τῶν
ποταμῶν ὑμέτερον κτῆμά εἰσι, καὶ Βαβυλῶν καὶ Βάκτρα καὶ Σοῦσα ὑμέτερα,
καὶ ὁ Λυδῶν πλοῦτος καὶ οἱ Περσῶν θησαυροὶ καὶ τὰ Ἰνδῶν ἀγαθὰ καὶ ἡ ἔξω
θάλασσα ὑμέτερα· ὑμεῖς σατράπαι, ὑμεῖς στρατηγοί, ὑμεῖς ταξίαρχαι. ὡς

¹² CHANIOTIS (2005) 182.

¹³ Parte sensível das mudanças promovidas pela formação dos reinos pode ser notada na literatura. Nas póleis, os discursos contra inimigos estrangeiros (Demóstenes contra Filipe, por exemplo) cederam lugar para as comédias de Menandro (342-289 a.C.) e Filemon (360-263 a.C.), naquele momento preocupados com julgamentos e problemas referentes aos amantes ficcionais. Outro retrato da literatura helenística é a chamada “poesia de corte”, patrocinada pela casa real para falar dela própria. Tratava-se de uma poesia que poderia ser apreciada apenas nas cidades, refletindo uma divisão social nova entre consumidores das cidades (a elite intelectual) e produtores do campo (os grupos sem educação). Cf. MARTIN (2000) 210.

ἔμοιγε αὐτῶ τί περίεστιν ἀπὸ τούτων τῶν πόνων ὅτι μὴ αὕτη ἢ πορφύρα καὶ τὸ διάδημα τοῦτο [...]

Macedônios, meu discurso não possui a intenção de encerrar seu desejo de retornar para suas casas; afinal, vocês podem ir aonde bem entenderem. Mas eu quero que entendam o que fiz por vocês, e o que vocês fizeram por mim. [...]. Toda a riqueza do Egito e de Cirene, que conquistei sem uma batalha sequer, agora pertence a vocês; a Síria Coelê, a Palestina e a Mesopotâmia são agora suas posses; a Babilônia, a Bactria e Susa pertencem a vocês; vocês possuem toda a riqueza da Lídia, os tesouros da Pérsia, as riquezas da Índia e do oceano. Vocês são sátrapas, generais, capitães. Quanto a mim, o que me sobrou dessa empreitada? Apenas este manto púrpura e o diadema [...] (Arr. An. 7.9).

A ideia presente no discurso de Alexandre não era, na verdade, algo inventado por ele. Com efeito, Filipe já havia fomentado a mesma ideia quando subjugou as *póleis* e criou a Liga de Corinto, cujo pretexto era a vingança pelos males que os persas haviam causado aos gregos por ocasião das duas invasões do território gregos por Dario e Xerxes, em 490 a.C. e 480 a.C., respectivamente (cf. *supra*).

No decorrer do período helenístico, o inimigo persa do período clássico desapareceu. É claro que muitos povos orientais mostraram-se rebeldes à presença de uma elite grega/macedônica (os bactrianos, no norte do Afeganistão, e os parnos no Irã, por exemplo, já no século III a.C.), mas com a fusão de elites gregas/macedônicas e sacerdotais locais a caracterização tipicamente clássica de um inimigo oriental comum aos gregos deixou de ter sentido. Assim, o papel de liderança de uma expedição militar contra um inimigo “bárbaro” comum cedeu lugar para a proteção das cidades pelos reis helenísticos. Os *basileis* cumpriam funções de benfeitores, um dos fundamentos do poder carismático¹⁴.

¹⁴ Cf. GEHRKE (1982); CHANIOTIS (2005); SANT'ANNA (2013). Um caso que merece destaque no Oriente Próximo envolvendo Antíoco I é o do cilindro do templo de Ezida, em Borsipa, no qual o rei se fez representar como servo de Marduk, a mesma divindade honrada por Ciro em seu cilindro (BRIANT (2002) e (2013); DARYAEE (2013) 78-84 e 85-89, que inclui uma tradução completa e especializada do documento, para o inglês e para o persa). Tal prática remontaria à tradição monárquica ligada ao depósito desse tipo de objeto (o cilindro) em templos babilônicos, sem, no entanto, ignorar as aspirações universais de reis persas que antecederam os macedônios, como Dario. Antíoco, então, como rei helenístico, apostou no sincretismo de duas práticas político-religiosas babilônicas, o que mostra a importância das elites orientais após Alexandre: o depósito de um

A intervenção monárquica no âmbito das *póleis* nem sempre era desejada, sendo por vezes temida ou rejeitada, mas os vínculos das cidades com as dinastias que sucederam Alexandre podem ser notados desde muito cedo, sob a forma de rejeição ou aceitação por parte das cidades, muitas vezes como meio de sobrevivência política. Tratava-se de uma verdadeira “negociação de poder”, visto que os reis dependiam das *póleis* para obterem suporte prático e ideológico, da mesma forma que elas não podiam ignorar certa “reciprocidade de dádivas”, por meio de presentes ou homenagens.¹⁵ Havia, portanto, uma “transação mutuamente benéfica”, quando a guerra não era a via escolhida.

Um caso bastante emblemático a esse respeito é o da aceitação jônica de Antíoco como protetor dos gregos, registrada em uma inscrição conhecida por mais de um século e editada por várias vezes:

[...] παρακαλείτωσαν δέ οί πρέσβεις τὸμ βασι [λέα Αντίοχον πᾶσαν ἐπιμ]έλειαν ποιείσθαι τῶμ πόλε[ων τῶν Ἰάδων ὅπως καὶ τὸ λοιπὸν ἐλεύθεραι οὔσαι καὶ δημο[κρατούμεναι μεθ’ ὁμονοίας πολι]τεύωνται κατὰ τοὺς πατρι[ους νόμους· ἀποφαινέτωσα]ν δὲ αὐτῶι οί πρέσβεις διότι[τοῦτο ποιῶν πολλῶν τε ἀγαθ]ῶν αἴτιος ἔσται ταῖς πόλε[σιν καὶ ἅμα ἀκόλουθα πράξει τῆι τ]ῶν προγόνων αἰρέσει. [...] [κυρωθέντος δὲ τοῦ ψ]ηφίσι[μα]τος τοὺς συνέδρους τοῦ[ς] παρόντας ἀπὸ τῶμ πόλεων [συ]ντελέσαι θυσίαν τοῖς θεοῖς πᾶσι καὶ πάσαις καὶ τοῖς β[α]σιλεῦσιν Αντιόχωι <καὶ Αντιόχωι> καὶ τῆι βασιλίσσηι Στρατονίκηι, καὶ [θῦ]σαι ἱερεῖα τέλεια [...]

Os embaixadores [devem] também [convidar] o Rei [Antíoco] para cuidar das cidades [jônicas], [de modo que no futuro] elas possam ser livres e [democráticas, e possam desfrutar de harmonia (?)] em sua vida política, de acordo com [seus costumes] ancestrais. Os embaixadores [devem] também [deixar claro] para ele que, [se ele o fizer],

cilindro em templos babilônios pelo rei legítimo, em imitação a Ciro, e o direito ao império universal, herdado de reis babilônios anteriores e especialmente de Dario, após sua incorporação de algumas práticas do Zoroastrismo. Para o tema do Zoroastrismo e sua incorporação (mesmo que parcial) pela casa real, ver SKJÆRVØ (2006). A preocupação de Antíoco em se fazer representar como rei legítimo segundo as tradições monárquicas babilônicas, por fim, ilustra que a satisfação das expectativas das elites locais (seus súditos mais poderosos) era sim uma das principais preocupações dos reis helenísticos, contrariando a ideia de que uma elite militar grega/macedônica governava territórios helenísticos apenas com base na força militar expressa.

¹⁵ SHIPLEY (2000) 77.

será a causa [de muitas bênçãos] conferidas às cidades / [e ao mesmo tempo dará continuidade à] política de seus ancestrais. [...] [Quando o] decreto [for ratificado], os representantes das cidades devem realizar um sacrifício em honra de todos os deuses e deusas, dos Reis Antíoco [e Antíoco II] e da Rainha Estratonice, e devem sacrificar vítimas perfeitas [...]. (OGIS 222)¹⁶.

Em suma, os delegados (*synedroi*) da Liga Jônica, reunidos em uma cidade desconhecida, decidiram instituir um festival anual em honra de Antíoco, aproveitando a ocasião tradicional do festival em honra de Alexandre. O pretexto era a celebração do aniversário de Antíoco, estendendo as honras à rainha e ao seu segundo filho, corregente e herdeiro (cf. *infra*); o objetivo político, a recepção do rei como um novo Alexandre, aclamado libertador das cidades jônicas contra a dominação persa de Dario. Sem dúvida, a ascensão de um rei helenístico ao trono e seu aniversário constituíam ocasiões adequadas para a aproximação referida na inscrição, visto que eram tradicionalmente interpretadas e aclamadas como a inauguração de um momento propício ou promissor para todo o reino¹⁷.

Antíoco fora acolhido pelas cidades jônicas, portanto, como seu protetor, em imitação à política adotada por Seleuco I, seu antecessor, e antes dele Alexandre. Tratava-se ao mesmo tempo da confirmação das boas relações entre as cidades gregas da Ásia Menor e os Selêucidas, como parte de uma política que deveria ser continuada (ao menos era essa a expectativa dos gregos) pelo descendente de Seleuco, e do reconhecimento de Antíoco como rei legítimo e protetor das cidades gregas pelos jônios.

Embora a legitimidade de um rei possa ser reforçada constantemente ao longo de seu governo, a posição legítima de Antíoco como *basileus* remonta ao período de compartilhamento do poder com Seleuco, mais precisamente desde 292 a.C.¹⁸ Antíoco teria sido publicamente apresentado (para a assembleia dos soldados, como na tradição macedônica) por Seleuco como seu sucessor legítimo nessa data, considerando-se todas as suas qualificações morais para o cargo, conforme registro feito por Apiano:

¹⁶ AUSTIN (2006) 307-308; Cf. PIEJKO (1991).

¹⁷ Infelizmente, o que não temos na inscrição é a referência às cidades leais aos Selêucidas e, por oposição, às que haviam desertado. PIEJKO (1991) 133.

¹⁸ Cf. SHIPLEY (2000) 286-292 para uma síntese histórica das querelas dinásticas Selêucidas.

ὡς δ' ἔπεισε, τὴν στρατιὰν συναγαγὼν, αἰσθομένην ἴσως ἤδη τι τούτων, κατελογίζετο μὲν αὐτοῖς τὰ ἔργα τὰ ἑαυτοῦ καὶ τὴν ἀρχὴν ὅτι δὴ μάλιστα τῶν Ἀλεξάνδρου διαδόχων ἐπὶ μῆκιστον προαγάγοι· διὸ καὶ γηρῶντι ἤδη δυσκράτητον εἶναι διὰ τὸ μέγεθος. “ἔθέλω δέ”, ἔφη, “διελεῖν τὸ μέγεθος ἐς τὴν ὑμετέραν τοῦ μέλλοντος ἀμεριμνίαν καὶ τὸ μέρος ἤδη δοῦναι τοῖς ἐμοῖς φιλάτοις, δίκαιοι δ' ἐστὲ μοι πάντες ἐς πάντα συνεργεῖν, οἱ ἐς τοσοῦτον ἀρχῆς καὶ δυνάμεως ἠὲξήθητε ὑπ' ἐμοῦ μετὰ Ἀλέξανδρον. **φίλτατοι δ' εἰσὶ μοι καὶ ἀρχῆς ἄξιοι τῶν τε παιδῶν ὁ τέλειος ἤδη καὶ ἡ γυνή. ἤδη δ' αὐτοῖς καὶ παῖδες ὡς νέοις γένοιτο ταχέως, καὶ πλέονες φύλακες ὑμῖν τῆς ἡγεμονίας εἶεν. ἀρμόζω σφίσι ἀλλήλους ἐφ' ὑμῶν καὶ πέμπω βασιλέας εἶναι τῶν ἐθνῶν ἤδη τῶν ἄνω.** καὶ οὐ Περσῶν ὑμῖν ἔθνη καὶ ἐτέρων ἐθνῶν μᾶλλον ἢ τόνδε τὸν κοινὸν ἅπασιν ἐπιθήσω νόμον, ἀεὶ δίκαιον εἶναι τὸ πρὸς βασιλείας ὀριζόμενον.” ὁ μὲν δὴ οὕτως εἶπεν, ἡ στρατιὰ δὲ ὡς βασιλέα τε τῶν ἐπὶ Ἀλεξάνδρῳ μῆκιστον καὶ πατέρα ἄριστον εὐφῆμει.

*Então ele convocou seu exército, que talvez estivesse finalmente suspeitando de algo, e contou aos homens suas façanhas e lembrou a extensão de seu império, mostrando que ele havia ultrapassado o tamanho dos impérios dos demais Sucessores de Alexandre, e dizendo que, agora com idade avançada, era-lhe difícil governar o Império por causa de sua extensão. “Eu desejo”, disse aos homens, “dividi-lo, levando em conta os seus interesses, e cedendo agora uma parte dele aos que me são mais queridos. É oportuno que todos vocês, que avançaram rumo à construção de império tão vasto sob meu comando desde o tempo de Alexandre, colaborem comigo em tudo. **Os mais queridos e aptos a reinar são meu filho adulto e minha mulher. E como eles são jovens, eu rogo para que logo possam ter filhos que os ajudem a guardar o Império. Eu os uno em matrimônio em sua presença e os envio neste momento como soberanos das províncias altas.** A lei que imponho a vocês não são os costumes dos persas e de outros povos, mas a lei comum, a que emana do rei com justiça.” Assim que disse isto, o exército aclamou-o como o maior dos reis dentre os Sucessores de Alexandre e como o melhor dos pais. (App. Syr. 61)*

Assim, decretos como o que destaquei anteriormente agem como reforços importantes da legitimidade de um rei helenístico perante sua audiência grega. No caso de Antíoco, as intervenções militares frequentes em outras partes do Império Selêucida não se fizeram necessárias na Jônia, visto que as cidades gregas da Ásia Menor reagem à presença Selêucida de forma diplomática, desde Seleuco I, tendo esperado a continuidade da mesma política sob Antíoco I, filho e sucessor do primeiro rei.

Considerações finais

Quando se leva em consideração o papel das *póleis* na história helenística, é preciso ter mente que elas não eram desprovidas de poder e in-

fluência, completamente submetidas à dominação macedônica. Havia casos de cidades que não sucumbiram aos novos reinos, a exemplo de Bizâncio, cuja influência no comércio do Mar Negro em nada foi abalada pela presença ostensiva dos reis (cf. Polyb. 4.38). De modo geral, no entanto, as cidades tiveram que considerar a formação dos novos reinos como elemento fundamental em sua política externa, mas não o fizeram de modo passivo ou sem importância histórica. Constituiu-se assim, uma prática de reciprocidade ou “transação mutuamente benéfica”, como chamou Shipley (cf. supra), nos casos em que a guerra não foi a via escolhida.

Por esta razão, neste artigo optou-se pela análise (feita por amostragem) de duas respostas antagônicas a uma situação similar: a presença ostensiva dos reis (Alexandre e, algumas décadas depois, Seleuco e Antíoco) na cena política grega, tendo para isso escolhido a resistência militar de Esparta contra Alexandre e, em oposição, à aceitação de Antíoco (e antes dele, por extensão, Seleuco) pelas cidades jônicas. Nos dois casos, fica claro que as cidades (ao menos as maiores e mais imponentes, na Grécia continental e na Ásia Menor) mantiveram sua vivacidade política, embora de modo drasticamente diverso daquela encontrada no período clássico. Em outras palavras, o inimigo persa estava em vias de ser derrotado em seu próprio território, sob Alexandre (algo radicalmente distinto do que ocorrera nas Guerras Médicas), e havia desaparecido completamente, sob Seleuco e Antíoco, cedendo lugar a uma nova realidade – a da presença constante e incontornável dos reis helenísticos.

Bibliografia citada (sem as fontes, indicadas no texto)

- AUSTIN, M. (2006), *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest*. Cambridge, UK.
- BADIAN, E. (1967), “Agis III”: *Hermes* 95 (1967) 170-192.
- BIKERMAN, E. (1938), *Institutions des Séleucides*. Paris.
- BRIANT, P. (2002), The Land-Collectors: Cyrus the Great and Cambyses (559-522): BRIANT, P., *From Cyrus to Alexander. A History of the Persian Empire*. Warsaw.
- BRIANT, P. (2013), Cyrus the Great.: DARYAEE, Touraj (org.). *Cyrus the Great. An Ancient Iranian King*. Santa Monica.

- BUCKLER, J. (1980), *The Theban Hegemony, 371-362 B.C.* Cambridge, MA and London.
- CAMPBELL, D. (2012), *Spartan Warrior*. Oxford.
- CARTLEDGE, P. (2004), *Alexander the Great. The hunt for a new past*. London.
- CHANIOTIS, A. (2005). *War in the Hellenistic World: a social and cultural history*. Malden; Oxford; Carlton.
- DARYAEE, T. (org.) (2013), *Cyrus the Great: an ancient Iranian king*. Santa Monica.
- DITTENBERGER, W. (1915-1924), *Sylloge Inscriptionum Graecarum*, 3ª ed. Leipzig.
- FINE, J. (1985), *The ancient Greeks: a critical history*. Cambridge, MA.
- GEHRKE, H.-J. (1982). "Der siegreiche König. Überlegung enzuhellenistischen Monarchie": *Archiv für Kulturgeschichte* 64 (1982) 247-277.
- KUHRT, A. and SHERWIN-WHITE, S. (1993), *From Samarkhand to Sardis: a new approach to the Seleucid Empire*. Berkeley; Los Angeles.
- LURAGHI, N. (2013), *The splendors and miseries of ruling alone*. Stuttgart.
- MANNING, J. (2010), *The last pharaohs: Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton; Oxford.
- MARTIN, T. (2000), *Ancient Greece: from Prehistoric to Hellenistic times*. New Haven.
- MOSSÉ (2004), *Alexandre, o Grande*. São Paulo.
- PIEJKO, F. (1991). "Decree of the Ionian League in Honor of Antiochus I, CA 267-262 B. C..": *Phoenix* 45 (1991) 126-147.
- SANT'ANNA, H. (2013). "Domination and Legitimacy in Early Hellenistic Basileia: The Rise of Self-Proclaimed Kings": *CHS Research Bulletin* 1 (2013) 1-15.
- SEKUNDA, N. (1998), *The Spartan Army*. Oxford.
- SHIPLEY, G. (2000), *The Greek World after Alexander*. London.
- SKJÆRVØ, O. (2006), *Introduction to Zoroastrianism*. Iranian Studies at Harvard University. Disponível em: <http://www.fas.harvard.edu/~iranian/>
Acesso em: 17/12/2014.
- WALBANK, F. (1992), *The Hellenistic world*. London.

* * * * *

Resumo: Este artigo pretende debater questões ligadas às diferentes ações tomadas por algumas das principais cidades-Estado gregas contra as frequentes intervenções macedônicas nos primórdios do período helenístico. Os dois exemplos selecionados são os seguintes, por serem bastante emblemáticos e apresentarem respostas contrárias a situações similares: a resistência militar grega contra Alexandre, com ênfase na revolta de Ágis de Esparta; a ascensão política e posterior aceitação de Antíoco I pelas cidades jônicas (na costa da Ásia Menor).

Palavras-chave: Helenismo; Alexandre; Diádocos.

Resumen: Este artículo intenta discutir cuestiones relacionadas con diferentes acciones que tomaron algunas de las principales ciudades-Estado griegas contra las frecuentes intervenciones macedonias, en los primeros tiempos del período helenístico. Los dos ejemplos seleccionados son los siguientes, por ser bastante emblemáticos y por presentar respuestas contrarias a situaciones semejantes: la resistencia militar griega contra Alejandro, con énfasis en la rebelión de Agis de Esparta; la ascensión política y posterior aceptación de Antíoco I por parte de las ciudades jónicas (en la costa de Asia Menor).

Palabras clave: Helenismo; Alejandro; Diádocos.

Résumé: Cet article prétend discuter des questions liées aux différentes actions prises par quelques principales cités-États grecques contre les fréquentes interventions macédoniennes, au début de la période hellénistique. Les deux exemples ont été choisis parce qu'ils sont très emblématiques et présentent des réponses différentes à des situations semblables : la résistance militaire grecque contre Alexandre et, en particulier, la révolte d'Agis de Sparte ; l'ascension politique et l'ultérieure acceptation d'Antiochos I^{er} par les cités ioniennes (sur la côte d'Asie Mineure).

Mots-clés: Hellénisme; Alexandre; Diadoques.